



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 259

ECONOMIA E SOCIEDADE NA REGIÃO DO TOCANTINS, PARÁ

**Ana Paula Vidal Bastos
Oriana Almeida
Edna Ramos de Castro
Rosa Acevedo Marin
Márcia da Silva Pimentel
Sérgio Rivero
Ione Câmara da Silva
Isaac Torres
Franz Josef Brüzeke**

Belém, Março de 2010

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 259

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

ECONOMIA E SOCIEDADE NA REGIÃO DO TOCANTINS, PARÁ¹

*Ana Paula Vidal Bastos, Oriana Almeida , Edna Ramos de Castro, Rosa Acevedo Marin,
Márcia da Silva Pimentel, Sérgio Rivero, Ione Câmara da Silva, Isaac Torres*

Resumo:

Na Amazônia, o modelo de desenvolvimento nem sempre tem respeitado a necessidade de aliar eficiência econômica com equidade social, problema que se torna ainda mais complexo quando se reconhece a necessidade do trato cuidadoso com a base natural. Essa é uma região na qual os problemas sociais e ambientais são foco da atenção mundial, pois aqui tem-se presente uma floresta tropical com enorme acervo de biodiversidade e recursos que são base de prestação de serviços ambientais mundiais, além de inúmeros recursos naturais importantes para diversas atividades econômicas, propiciando ganhos para poucos (COSTA, 2004). Por outro lado, a estagnação ou o baixo dinamismo econômico de vários municípios na região abre espaço para uma série de problemas, que vão desde o êxodo rural até a vulnerabilidade da população, fazendo-se necessário reverter esse quadro.

Palavras-Chave: Economia. Sociedade. Região do Tocantins.

¹ Este texto foi elaborado a partir do diagnóstico realizado no âmbito do Plano Desenvolvimento Regional Sustentável da Região do Tocantins e foi financiado pela Eletronorte via Secretaria Estadual de Integração Regional às quais a equipe agradece o apoio financeiro.

Introdução

Na Amazônia, o modelo de desenvolvimento nem sempre tem respeitado a necessidade de aliar eficiência econômica com equidade social, problema que se torna ainda mais complexo quando se reconhece a necessidade do trato cuidadoso com a base natural. Essa é uma região na qual os problemas sociais e ambientais são foco da atenção mundial, pois aqui tem-se presente uma floresta tropical com enorme acervo de biodiversidade e recursos que são base de prestação de serviços ambientais mundiais, além de inúmeros recursos naturais importantes para diversas atividades econômicas, propiciando ganhos para poucos (COSTA, 2004). Por outro lado, a estagnação ou o baixo dinamismo econômico de vários municípios na região abre espaço para uma série de problemas, que vão desde o êxodo rural até a vulnerabilidade da população, fazendo-se necessário reverter esse quadro.

Então, o desenvolvimento deve ser das pessoas (capacitações & oportunidades), para as pessoas (equidade & inclusão) e pelas pessoas (empoderamento), como adverte Sen (1990). Dessa forma, não fica difícil concluir que os planos podem mais que versar sobre a escola, os prédios públicos ou resultar na elaboração de ações, mas ao envolver as pessoas do município na sua elaboração, podem permitir o exercício de *funcionamentos* e *capacitações* em favor do desenvolvimento humano.

Entendendo, pois, a importância de promover um crescimento que seja socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, elaborou-se o diagnóstico dos onze municípios em estudo: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Em termos metodológicos, faz-se importante ressaltar que a análise aqui apresentada foi baseada na revisão bibliográfica e documental, aliada à realização de levantamentos de dados primários, coletados nas visitas realizadas pela equipe em alguns municípios. Foram entrevistados gestores e executores das políticas sociais além de representantes dos movimentos (e organizações) sociais, em uma abordagem qualitativa. Na caracterização das atividades produtivas extrativistas, os levantamentos também contaram com a aplicação de questionários a diversos produtores locais.

A Região de Integração do Tocantins segundo regionalização definida pelo Governo do Estado do Pará em 2007, se apresenta com dinâmicas de ocupação e de desenvolvimento socioeconômico muito diferenciadas. As margens do rio Tocantins são das áreas mais antigas de ocupação européia no Estado (Cametá é a segunda cidade mais antiga do Pará). Tradicionalmente a ocupação humana se dá nas cercanias de vias de transporte, na região amazônica ela se deu em primeira mão no estuário e adentrou por rios e igarapés menores até ocupar a terra firme. Com a integração da Amazônia ao resto do Brasil via terrestre, o acesso rodoviário passa a ter uma importância crescente no estabelecimento de novas vilas e cidades.

Os municípios apresentam áreas de várzea e de terra firme, predominando as várzeas na medida em que se aproxima a desembocadura do rio Tocantins². As terras firmes são mais elevadas e são cobertas de floresta secundária. No texto se apresenta a genealogia e dinâmica de criação das

² Com exceção de Tailândia que só ocupa área de terra-firme.

municipalidades. Deste modo, se pode dizer que a Região de Integração Tocantins, apresenta duas realidades muito distintas na sua ocupação: a mais tradicional, a ribeirinha que se ocupa de pluriatividades que se baseiam em extrativismo vegetal, pesca e agricultura familiar; e a imigrante se ocupando de atividades agropecuárias e madeireiras junto às rodovias estaduais e que ganham maior relevância econômica a partir da construção da PA - 150 nos anos 1970, que ligava Moju ao sudeste do Estado. Mais recentemente a PA-151, que chegará paralela ao rio Tocantins até Tucuruí, melhorou a acessibilidade rodoviária das populações ribeirinhas fomentando a integração rio-estrada.

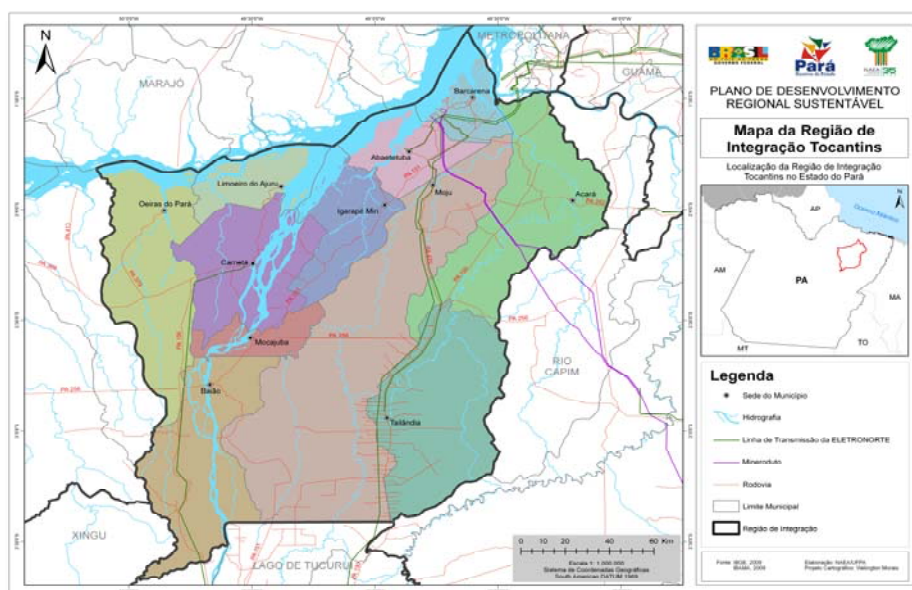
O rio também separa a Região de integração cada vez mais em duas realidades econômicas diferentes entre margem esquerda e direita. Na margem direita (sentido foz) pela opção modal rio-rodovia, se observa um maior dinamismo econômico.

Esta é uma região muito desigual em termos de desempenho dos indicadores econômicos mais tradicionais: Barcarena tem o segundo maior PIB e PIB per capita do Estado e também o terceiro IDH-M, mas municípios como Cametá e Igarapé-Miri se situam entre o penúltimo decil (nos 20 últimos lugares do Estado) em termos de PIB *per capita*, estas posições são acompanhados pelo IDH-M com pequenas oscilações entre os municípios. No conjunto dos municípios da região os indicadores demonstram que Tailândia e Baião são os segundo melhores posicionados, mas ocupando posições bastante abaixo de Barcarena. É necessário lembrar que estes valores médios da população não refletem as desigualdades entre os indivíduos ou intra-municipais. Barcarena ‘apesar de ser o município mais industrializado e com maior PIB *per capita* da Região, apresenta grande desigualdade de renda (Monteiro *et al*, 2008) .

A área de abrangência da Região de Integração do Tocantins compreende os onze municípios que compõem a Região de Integração Tocantins (Mapa 1), somando 35.838 km² e uma população de 655.955 habitantes, dados do IBGE 2007 (Tabela 1)

O Tocantins por ser uma das regiões do estado com ocupação mais antiga, é bastante antropizada, possui extensas áreas alteradas. Abriga o maior distrito industrial e o maior porto exportador do Estado, possui intensa atividade econômica ligada à madeira e ao carvão e no que se refere ao extrativismo de produtos não-madeireiros, as áreas de várzea têm recentemente sido alvo de uma revitalização econômica devido ao *boom* de manejo de açaí.

Mapa 1- Localização dos municípios que integram a Região Tocantins.



Quadro 1- Dimensão Territorial da Região de Integração Tocantins.

Município	Área Territorial (Km ²)	População 2005	PIB 2006	População 2007	Densidade Demográfica 2007	IDH-M 2000
Abaetetuba	1.610,74	131.158	321,257.53	132 222	82,09	0,71
Acará	4.343,77	61.487	191,095.66	47 923	11,03	0,63
Baião	3.758,27	21.775	72,888.91	26 190	6,97	0,68
Barcarena	1.310,33	74.120	3,564,034.86	84 560	64,53	0,77
Cametá	3.081,36	105.416	224,886.91	110 323	35,80	0,67
Igarapé-Miri	1.996,82	59.346	119,073.37	54 673	27,38	0,67
Limoeiro do Ajuru	1.490,17	21.499	48,447.64	23 284	15,63	0,64
Mocajuba	870,8	21.824	52,741.23	23 258	26,71	0,70
Moju	9.093,85	60.809	158,402.55	63 821	7,02	0,64
Oeiras do Pará	3.852,26	26.051	57,833.37	25 420	6,60	0,65
Tailândia	4.430,19	51.421	253,361.01	64 281	14,51	0,70

Fonte: IBGE, 2009.

Elaboração: SEIR, 2009.

A região foi sub-dividida em dois níveis de análise por apresentarem proximidade e contiguidade geográfica, existência de características sociais, econômicas, e ambientais semelhantes e identificadas 4 zonas conformadas pelo agrupamento dos municípios integrantes da região: zona 1 (Barcarena e Abaetetuba); zona 2 (Acará, Moju, Tailândia); zona 3 (Igarapé-Miri, Mocajuba, Baião); e zona 4 (Cametá, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará). O segundo nível de análise delimita zonas considerando o tipo de uso e ocupação do solo pela população, identificando-se as (i) áreas de Várzea/Ilhas, (ii) os Eixos e Núcleos de Crescimento Econômico, e (iii) Zonas de Terra Firme. Ao considerar estas zonas diferenciadas propõe que o planejamento das ações seja priorizado atendendo a estas diferentes dinâmicas intra-regionais.

1. Formação Socioeconômica do Vale do rio Tocantins: Constituição de Sistemas Agrícolas no Pará Colonial

No estudo da ocupação do vale Tocantins e a formação do núcleo de Cametá se destacam especificidades dadas a partir do objetivo da colonização agrícola, da dimensão do empreendimento econômico colonial, da dimensão demográfica e do domínio de uma elite regional. No vale Tocantins organiza-se o sistema de *plantation* baseado primeiro no cultivo do cacau e posteriormente de cana-de-açúcar. Poucas regiões da Amazônia colonial se enquadram nesta noção de *plantation*. Outro destaque encontra-se na densidade demográfica, notadamente pela concentração de escravos de origem africana³. Ainda, diversos eventos políticos singularizam sua história no período colonial, nas lutas políticas da Independência e durante a Cabanagem.

As questões sobre a formação sócio-econômica do vale Tocantins dizem respeito as formas de ocupação das terras e permanência de sistemas de uso comum; à organização das grandes unidades econômicas e a formação de elite regional; as transformações da economia no século XIX e primeira metade do século XX, abrindo espaço para novos sistemas agrários e, por último as dinâmicas de conflito e reivindicações territoriais de grupos sociais.

Na historiografia situa-se 1633, ano em que Feliciano Coelho de Carvalho recebeu do Governador do Estado, seu pai, a concessão de “todas as terras do Cametá” para fazer nelas uma Capitania. De imediato, na vila de Cametá organizou o sistema de recrutamento de indígenas para as tropas. Outros ficariam subordinados ao sistema de aldeamento dos religiosos. Segundo Chambouleyron a capitania de Cametá “constituiu uma constante fonte de problemas. Essas complicações estavam ligadas às dificuldades de povoar a região, à repetida interferência dos moradores do Pará e das autoridades, e ao reconhecimento mesmo de sua doação pelos habitantes do Estado. De qualquer modo, o donatário fundou uma vila – Santa Cruz de Cametá, e organizou o deslocamento de mais de 300 colonos para se instalar em suas terras, em 1649” (CHAMBOULEYRON, 2005).

O vale Tocantins desenvolve durante os séculos XVII e XVIII a formação de fazendas e engenhos, acompanhada pela introdução de escravos de origem africana e a submissão dos indígenas, que embora livres pela lei de emancipação da escravidão dos indígenas de 1755, ficaram dependentes dos colonos.

Vila de Cametá, centro da atividade agrícola do vale Tocantins

A vila Viçosa de Santa Cruz do Cametá em ordem cronológica foi a segunda cidade fundada no vale do Amazonas, depois de Belém. A ocupação do rio Tocantins e o ato simbólico de fundação

³ Do ponto de vista histórico, as “comunidades de remanescentes de quilombo” guardam estreita relação com a dinâmica social e demográfica e as transformações ocorridas na região. Dezenas de estas comunidades se localizam no vale do rio Tocantins, organizadas com base em sistema de uso comum dos recursos.

da cidade de Cameté estão associados aos movimentos de ocupação já realizados por franceses e holandeses, que já tinham estabelecido domínio e uma exploração inicial no Nordeste. de Cameté partem as forças para combater os outros colonizadores europeus e a partir do rio Tocantins se intensifica a colonização portuguesa.

Chambouleyron situa a vila de Cameté no projeto de colonização e suas instituições. Para necessidades da vida religiosa e social foi construída uma igreja e o orago da matriz foi dedicado a São João Batista. Mais duas igrejas foram erigidas: uma pequena capela dedicada à Senhora Santa Ana e a terceira situada dentro do hospício construído pelos religiosos Mercenários. A representação do poder municipal foi concretizado na construção do prédio da “Câmara, eixo da política local. Os jesuítas organizam a aldeia de Parijó. E a partir de documentos inquisitórios Chambouleyron aponta que havia diversidade e riqueza “dos contatos entre os índios livres de Parijó e os moradores portugueses da vila de Cameté” (CHAMBOULEYRON, 2005).

Nos primeiros anos a economia de Cameté esteve baseada no cultivo do tabaco. Em 1650, dois navios transportaram mais de 15 toneladas de tabaco cametaense para Portugal e o produto era reconhecido como dos melhores. A Coroa ensaiava incentivos para o cultivo de cana-de-açúcar, cacau, anil, cravo de casca da terra, por meio de isenções de impostos, benefícios jurídicos e ajuda para adquirir escravos africanos, associados com a distribuição de terras. Portanto, havia uma estratégia de “revitalização da atividade econômica da periferia” como escreve Carl Hanson (apud CHAMBOULEYRON, 2005).

Nas sesmarias distribuídas no vale Tocantins foram enumeradas as produções de cacau, cana-de-açúcar, tabaco, mandioca e, em menor quantidade de gado. Dauril (1973) destaca a importância da transição do cacau “bravo” ou dos “macacos” para o cacau “manso” ou cultivado. O autor situa maiores quantidades de cacau extrativo dirigidas ao mercado colonial. Baena informa sobre o “cultivo de mais de setecentos mil pés de cacau” e situa essa expansão depois de 1733. Até esse ano havia carga somente para três navios, “mais do que do dito ano avante carrega anualmente seis a sete navios” graças ao cultivo de cacau e de café (BAENA, 1969, 157). Chambouleyron apresenta dados da trajetória do cultivo de cacau. Com base em documentação afirma que “a produção das sesmarias revela o incremento da produção do cacau cultivado. Na década de 1700, havia nove produtores que cultivavam em média sete mil plantas de cacau, o que evidenciaria nas suas palavras uma “lógica de ocupação do espaço pela agricultura”. Essa configuração de exploração econômica do território dependia de outras formas de mão-de-obra, de transporte e de ocupação mesmo, diferente daquelas ligadas à busca das drogas no sertão” (CHAMBOULEYRON, 2005).

A vila de Cameté e seus arredores, já em meados do século XVIII têm um número considerável de habitantes: 8068 vizinhos e 1382 escravos. A maior parte mora na vila, só pela Semana Santa e outras festividades maiores: durante a maior parte do tempo vive dispersa pelas ilhas circunstantes em seus cacaus e cana-de-açúcar, fazem muito azeite para uso do candeeiro da castanha andiroba, que colhem pelas ilhas, e fabricam cal de conchas fósseis.

Economia agrícola e sistema de *plantation* no vale Tocantins

Muito cedo a administração colonial refere-se às terras as margens do rio Tocantins como férteis, além da riqueza em canela e cravo⁴. Estas especiarias tinham sido descobertas em 1669 e exploradas de forma intensiva e juntamente com o cacau cultivadas nas “abas das povoações”. No século XVIII a economia agrícola expande-se na região próxima a Belém, grandes canaviais e engenhos se localizaram no vale dos rios Tocantins, Capim, Acará e Guamá.

O cacau e a cana-de-açúcar foram os produtos de uma economia de *plantation*⁵ no vale Tocantins, com dinâmicas diferentes. A cana-de-açúcar gerou empreendimento econômico mais complexo, em termos tecnológicos, com o surgimento dos engenhos. Esta produção concentrou a força de trabalho escrava nos canaviais e na moenda. Os produtos – aguardente, açúcar, rapadura – circulavam no mercado interno⁶. Cacau e cana-de-açúcar organizaram uma rede de pequenos e médios produtores que dependiam das operações de comercialização e beneficiamento organizado pelos fazendeiros, donos de engenhos e com domínio sobre a comercialização.

No recenseamento de 1778 estão listados os donos de sítios que “viviam de suas lavouras de cacau”. Muitos deles foram classificados como lavradores de cacau e roças, negócio do qual viviam. O fruto do cacau era exportado seco para os portos europeus. A rota destas exportações conduzia para alguns centros de beneficiamento e transformação em chocolate, como a cidade de Nantes, na França. O cacau destaca-se no final dos oitocentos, com elevação das exportações nas décadas de 1800-1820 quando Venezuela e Equador envolvidos nas guerras de independência de Espanha experimentaram forte queda na sua produção.

Demografia colonial

O recenseamento de 1778 na Vila de São João Batista de Cameté permite conferir que os escravos representavam quase o triplo dos homens e mulheres livres, identificados como cabeças de famílias.

Quadro 2 - Recenseamento de 1778.

RECENSEAMENTO DE 1778			
	Homens	Mulheres	Total
Cabeças de famílias	492	111	603
Escravos	913	738	1641

⁴ Gonçalo Paes e Manoel Brandão foram encarregados de esquadrihar minas e ouro e prata no rio Tocantins até a foz do rio Araguaia onde se encontram “penedos e cataratas”. Nesta exploração foram descobertas as árvores de cravo e canela, além de castanheiras de grande porte (BAENA, 1969, 96).

⁵ A *plantation* foi utilizada por Portugal para organizar economicamente sua colônia na América. Este padrão de organização permite que a colônia se transforme em gerador de riqueza para a metrópole. Os autores destacam quatro aspectos principais: latifúndio, monocultura, mão-de-obra escrava e produção voltada para o mercado externo. Durante o período colonial brasileiro, este foi o modelo adotado em larga escala, sendo a cana-de-açúcar o principal produto cultivado até meados do século 18.

⁶ Nesse mercado circulava a chamada “aguardente da terra” que era vendido a “dez tostões a canadá” e distribuído entre os trabalhadores indígenas enviados nas canoas para o sertão para colher o cacau, salsa e cravo. O preço dessa aguardente foi elevado, assim como o imposto pago pelas das canoas destinadas as expedições de coleta para pagar as tropas da Companhia de Infantaria durante três anos. (BAENA, 1969, 125).

Ricos			57
Pobres			415

Em 1848 a freguesia de Cameté tinha maior número de escravos de que Belém, 4030 e 3244 escravos, respectivamente (SALLES, 1988). Vários mocambos ou quilombos haviam se organizado nas matas e alguns “foram batidos, outros nem chegaram a ser incomodados” (ibid. 230). No rio Itapucú, “que nasce nos campos da margem esquerda do Tocantins” havia se organizado um deles. Este era conhecido desde o século XVIII e foi localizado quando as autoridades coloniais tentaram construir um fortim na região de Alcobaça, atual Tucuruí. Pela sua importância até os dias de hoje, no próximo item será analisada a presença africana região.

Atores Sociais e Descendência Africana no Tocantins

A compreensão sobre a presença de povoados de negros remanescentes de quilombos na região requer uma análise sobre os processos de ocupação desse território, a interação com a cultura indígena milenar e a expansão colonial em direção à Província do Grão Pará e Maranhão. E, também, com um enfoque teórico que permita perceber os processos de luta empreendidos sob forma de resistência à dominação, por grupos indígenas e negros, ambos submetidos às formas escravistas coloniais. Escravidão e resistência, trabalho forçado e mocambo, formam binômios de um campo de luta tenso e sangrento, antíteses reatualizadas pelas experiências prolongadas de grupos negros e indígenas que cunharam a historiografia regional.

A chegada de africanos no Pará

A chegada de escravos africanos ao Pará foi intensificada com a Companhia de Comércio do Grão Pará que teria trazido, pelos dados de Reis (1993), em um período de 22 anos, o montante de 12.587 indivíduos e posteriormente, vindos de Cachéo e Bisnao, até 1782, mais 7.606 escravos. Antes dos africanos haviam chegado colonos de Açores e em meados do século XVIII havia sido retomado o processo de colonização com a chegada de casais das ilhas nos navios que eram conhecidos como os navios dos casaes. Chegaram, em 1750, mil pessoas; em 1752, em um só navio, chegaram 430 casais e em 1770 eram mais 340 que chegavam, o suficiente para incrementar uma pequena elite colonial nascente. Foram redistribuídos pelas praças de Belém, Macapá, Bragança e Ourém, recebendo propriedades pelo sistema de sesmarias e orientados às atividades de agricultura como esclarece Reis (1993).

Ocupação quilombola na Região Tocantins

Os mocambos do Acará compartilham de questões comuns ao que é mencionado por Baena somente em 1787: estes tiveram sua origem nas fugas das fazendas, olarias e sítios organizados nas

freguesias urbanas e rurais de Belém. A frequência de sua organização e o tamanho correspondem à importância dos planteis. Em torno de Belém, existia uma faixa de quilombos e vários deles, muito cedo, aparecem nos rios Acará, Moju, Capim e Guamá. Os motivos para organizar esses quilombos eram diversos, a exemplo, o interesse por ampliar as possibilidades de trocas mercantis, a rebeldia individual por castigos, ressentimentos, insatisfações. Fuga e modalidades de inserção nos quilombos não se encaixam em um único momento e modelo. Alguns escravos fugiam e, eventualmente podiam estabelecer um jogo de negociação com os seus senhores.

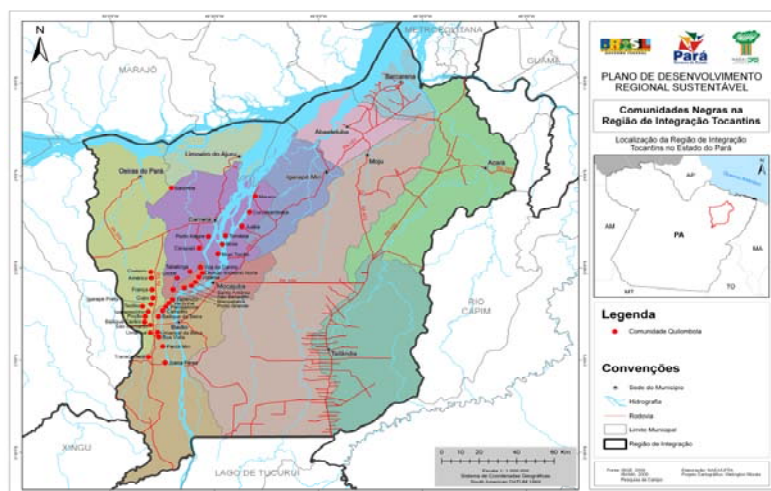
Mapeamento de povoados quilombolas no século XXI

A presença de grupos remanescentes de africanos atualmente no vale Tocantins é inquestionável. Aliás, subindo o rio palmilha-se um mosaico de influências étnicas, onde estão visíveis as origens indígena e negra, e não raros os traços cafuzos, a exemplo de muitas outras regiões de antiga ocupação no Pará. Os contingentes mais expressivos localizam-se em comunidades rurais que se situam em geral às margens de rios e igarapés, e com uma economia baseada na pequena produção familiar de natureza agroextrativista.

O vale Tocantins representa uma das áreas mais importantes na colonização portuguesa na Amazônia, de antiga ocupação pelo branco e com expressiva presença de negros nas fazendas, nos engenhos e em outras propriedades, ou nas inúmeras tarefas para manutenção de povoados e vilas. Região marcada pela ocupação milenar de grupos indígenas de diversas etnias. Os negros desempenharam papel importante na economia regional. Mas foram também motivo de interesse de governantes e de ações políticas que atravessam toda a Província, decorrente da resistência contínua aos processos de dominação, desde os primórdios do século XVIII. As contínuas expedições de captura empreendidas pela administração colonial amplamente registradas nas correspondências, são registros incontestáveis.

Praticando uma agricultura de frutas e raízes, atribuem importâncias às roças de mandioca em função do uso na farinha na dieta alimentar. Porém os sistemas de produção incluem uma grande diversidade de atividades econômicas, aliando à agricultura tradicional o trabalho da pesca, da caça, da exploração de recursos florestais, como madeira, castanha-do-pará, cipós, sementes, palhas entre outros produtos de coleta organizados pelo grupo familiar. Os cultivos têm uma superfície reduzida, em geral pelo sistema de tarefas, e os rendimentos auferidos pela comercialização são limitados. Ao lado da agricultura tradicional com base na mandioca, tem introduzido culturas permanentes, mais rentáveis, como fruteiras, cupuaçu, replantio de cacau, e pimenta-do-reino. São exemplos de dinamismo econômico cidades como Cametá, Mocajuba, Tucuruí e Marabá, posteriormente começa-se a observar a presença de Baião nas correspondências e nas estatísticas de população. Eram expressivas na quantidade do contingente de negros que trabalhavam nas propriedades rurais. Na região Tocantina os trabalhos realizados detiveram-se comunidades em Oeiras do Pará, comunidades em Cametá, em Baião e Mocajuba – como podem ser verificadas na mapa a seguir.

Mapa 2 - Comunidades negras no Rio Tocantins.



2 Demografia e Urbanismo na Região de Integração Tocantins

A análise da demografia dos municípios da Região de Integração Tocantins, sob o ponto de vista quantitativo, cultural e de sua distribuição pelo território nos convida a olhar essa região sob quatro aspectos: a gênese da organização sócio-espacial; a dinâmica populacional e o crescimento das cidades; a constituição da paisagem urbana: formas e funções; a percepção e a identidade da população sobre o local e regional. A gênese da organização sócio-espacial remonta ao estudo do povoamento dessa região com a constituição de vilas e de vasta área de exploração de madeira e de outras atividades relacionadas ao campo. O estabelecimento do rio como vetor dessa economia colonial proporcionou a localização dessas vilas próximas aos rios com crescimento que ocorria a partir do porto fluvial.

A Região de Integração Tocantins chama a atenção por apresentar o segundo maior número de habitantes, 655.955 habitantes (IBGE, 2007), se comparada às outras regiões de integração do Estado do Pará. Como a configuração de uma região de integração prescinde de elementos comuns, verifica-se na geografia e na história desses municípios elementos compartilhados pelos mesmos, por exemplo, sua localização na bacia hidrográfica do rio Tocantins, e o fato de que, para a maioria deles, o povoamento ter se iniciado no século XVII.

Na análise da dinâmica populacional, para alguns municípios dessa região, o ritmo de crescimento é mais acelerado, como Abaetetuba, Barcarena, Cameté e Tailândia, outros mantém ritmo mais lento como o Acará, Oeiras do Pará, Mocajuba, Baião e Limoeiro do Ajuru. Nesta dinâmica são considerados o crescimento vegetativo e movimento migratório da população. Este último aspecto é promovido, principalmente, por fatores econômicos, responsáveis pela migração interregional.

Tabela 1. Dinâmica Populacional da Região Tocantins.

Região de	Município	População 1991	População 2000	População 2007
-----------	-----------	----------------	----------------	----------------

Integração		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Tocantins	Abaetetuba	99.989	56.389	43.600	119.152	70.843	48.309	132.222	77.792	54.430
	Acará	37.184	5.719	31.465	52.126	9.745	42.381	47.923	10.854	37.069
	Baião	20.072	7.877	12.195	21.119	10.865	10.254	26.190	14.264	11.926
	Barcarena	45.946	21.629	24.317	63.268	27.767	35.501	84.560	31.362	53.198
	Cametá	85.187	30.278	54.909	97.624	40.417	57.207	110.323	47.984	62.339
	Igarapé-Miri	41.843	19.797	22.046	52.604	24.983	27.621	54.673	25.842	28.831
	Limoeiro do Ajuí	16.475	2.522	13.953	19.564	3.770	15.794	23.284	5.953	17.331
	Mocajuba	18.496	11.756	6.740	20.542	14.561	5.981	23.258	16.577	6.681
	Moju	44.424	9.748	34.676	52.941	17.626	35.315	63.821	22.137	41.684
	Oeiras do Pará	18.792	4.958	13.834	23.255	7.980	15.275	25.420	10.238	15.182
	Tailândia	17.707	9.657	8.050	38.435	28.128	10.307	64.281	45.700	18.581
Total	446.115	180.330	265.785	560.630	560.630	256.685	303.945	308.703	347.252	

Fonte: IBGE, 2007.

Na constituição da paisagem urbana, são analisadas suas formas e funções, na área central e de expansão da cidade onde são elaborados os projetos de loteamentos para construção de moradia, assim como, de forma mais freqüente, há a ocupação de maneira espontânea realizada, principalmente, pela população de baixa renda. A percepção da população sobre seu lugar está relacionada com a identidade que se mantém com ele. Nesse aspecto, não apenas as consultas públicas possibilitam obter informações variadas sobre as condições de vida, mas revelam particularidades culturais e preferências como manifestações importantes para planejamento e gestão.

A gênese da organização socioespacial

Nas últimas três décadas tem-se comprovado uma realidade que em anos anteriores não condizia com a da região amazônica, este espaço que até 1970 era de baixa densidade demográfica assistiu a um crescimento considerável de sua população em virtude de projetos geopolíticos de planejamento regional, elaborados e implantados visando à modernização da Amazônia.

Tradicionalmente, na região foi de substancial importância o papel desempenhado pelos rios da região que serviram de transporte para mercadorias e pessoas, nas margens dos quais pode-se fundar as primeiras cidades da Amazônia. Esta relação persiste até o presente. Em muitos municípios toda circulação só ocorre por meio de embarcações. Este padrão de ocupação foi denominado por Gonçalves (2005) de rio-várzea-floresta. A partir da década de 1970, este mesmo autor analisa um novo padrão de ocupação, o da estrada-terra firme-subsolo. Nota-se que com a construção das rodovias e, no caso da região Tocantins, do Complexo Alça Viária, inaugurado em 2001, ocorre a integração da região Metropolitana de Belém ao sul, sudeste do Pará e ao pólo industrial de Barcarena, seu principal objetivo, envolvendo, desta forma, os municípios da região Tocantins. Trata-se de portanto de novo padrão de organização social do espaço geográfico que tem na estrada seu eixo de estruturação.

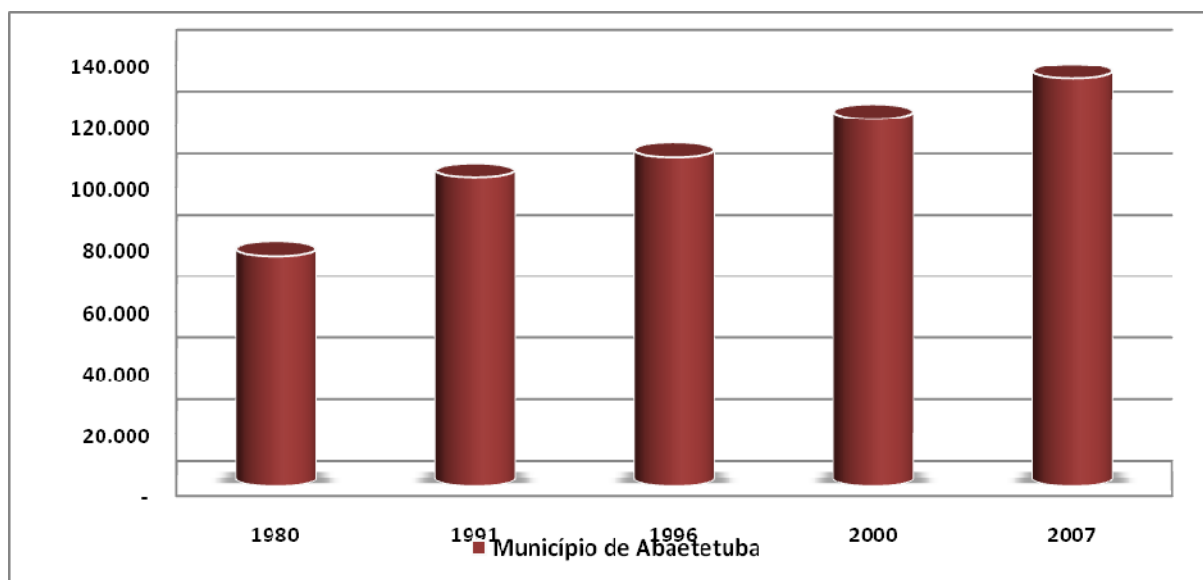
A Dinâmica da População e o Crescimento das Cidades

A realização de um levantamento que inclua informações referentes ao déficit populacional de uma determinada região implica, necessariamente, na análise da dinâmica demográfica da mesma. As variações demográficas ocorridas em determinada região, são influenciadas pelas transformações econômicas, sociais e políticas que influenciam diretamente nas taxas de natalidade, de mortalidade, de migração, entre outros aspectos que envolvem tais variações.

Importante notar que, de acordo com o censo do IBGE de 2000, uma parte desses municípios ultrapassa os 50 mil habitantes. Neste caso, pode-se incluir Abaetetuba, Cametá, Barcarena, Moju, Igarapé Miri e Acará. Destaque, entretanto, para Abaetetuba e Barcarena pela dinâmica diferenciada de crescimento. De outro lado, estão, Baião, Igarapé Miri, Mocajuba e Oeiras do Pará -, que até este último censo, apresentavam número de habitantes inferior aquele parâmetro.

Em Abaetetuba, no que se refere à sua demografia, é relevante destacar o crescimento da população entre os anos de 1980 e 2007, conforme mostra o gráfico 3. A população cresceu de 43%, quase dobrando de tamanho. Entre os fatores que levaram a tal crescimento encontram-se as atividades econômicas, atraindo população para esta região se deslocando para áreas com maior infraestrutura, mais urbanizadas e com maior expectativa de emprego.

Gráfico 1 – Evolução da População do Município de Abaetetuba de 1980 a 2007.



Fonte: IBGE, 2008.

Quando analisada a relação entre a população economicamente ativa e os setores da economia, extraem-se os seguintes dados: 28,54% da população exerce atividades relacionadas ao setor primário; 15,81% está na indústria, e 18,91% no comércio. Segundo IBGE (2000) o restante encontra-se inserida, principalmente, em outras atividades do setor terciário. No entanto, a partir da década de

1980, Abaetetuba pode ser considerado como um município predominantemente rural. Na década de 2000 essa configuração é invertida no momento em que os espaços urbanos passam a sediar a moradia da maior parte dos residentes deste município. Em 2007, a taxa de urbanização⁷ correspondia a quase 59%, refletindo na situação atual do município.

O município de Barcarena também tem sua gênese relacionada às missões desempenhadas por religiosos no âmbito do processo de colonização no século XVIII. Atualmente, o distrito industrial do Complexo Alumina/Alumínio da Albrás-Alunorte, se constitui em uma aglomeração de empresas direta ou indiretamente ligadas à atividade de transformação do alumínio. A partir da implantação deste projeto estruturou-se uma nova realidade: a dinâmica de crescimento populacional, promovida pelo movimento migratório, notadamente intermunicipal.

É importante destacar o crescimento contínuo e acelerado da população entre os anos de 1980 e 2007. A explicação para esse crescimento está na oferta de emprego gerada pela instalação de um complexo industrial minero-metalúrgico e, sobretudo na demanda de outros serviços que vieram em decorrência dele.

Além das atividades de transformação minero-metalúrgicas e de fabricação de produtos químicos, destaca-se o desenvolvimento de atividades do ramo do setor primário como a extração de minerais não metálicos, atividades agrícolas como o cultivo de hortaliças; do setor terciário, através do desenvolvimento do comércio e prestação de serviços. Verifica-se que 21,81% da população está inserida no setor primário; 15,72%, na indústria; e 13,47%, no comércio. Mesmo não sendo mencionadas, outras atividades do setor terciário, como a educação e transporte, incorporam o restante da população local. A taxa de urbanização em 2007 correspondia a 37,47%, ou seja, a população urbana ainda era menor que a rural. em Abaetetuba, o crescimento ocorreu de forma constante e gradativa desde a década de 1980, característica que esteve presente tanto na população urbana, que atualmente é maior, quanto na rural. Já em Barcarena, por exemplo, a população urbana é menor que a rural. E, de forma geral, a população total tendeu a crescer a partir da implantação das indústrias de transformação nas décadas de 80 e 90 o que implicou na imigração para a região. Constata-se que um número de 2.513 habitantes não naturais desse município chegaram neste período, sendo maior que o de Abaetetuba que fez 753 migrantes.

Em 2007, o município de Cametá apresentou uma população absoluta de 110.323 habitantes envolvidos em atividades relacionadas à agricultura familiar, extrativismo e a pesca artesanal, correspondendo a 56,38 % desta população, enquanto que 7,08% encontrava-se na indústria e, 12,05% no comércio. De maneira geral, a produção do município depende do eixo hidroviário e rodoviário para o seu escoamento, principalmente para a capital do estado, Belém. A população rural predomina sobre a população urbana, e em ambos os casos houve crescimento.

Os municípios de Limoeiro de Ajuru, Oeiras do Pará e Igarapé-Miri, são próximos à Cametá. Esses municípios apresentam a menor população absoluta da região. Limoeiro do Ajuru com 23.283 hab. e taxa de urbanização de 25,57%; Oeiras do Pará com 25.420 hab. e taxa de urbanização de 46,28%; e Igarapé-Miri com 54.673 hab. e taxa de urbanização de 47,27%.

⁷ Taxa de urbanização é a proporção entre a população da área urbana em relação a população total.

Em Baião, o crescimento demográfico de 1980 a 2007 foi pequeno em relação a outros municípios da mesma região. De 1980 a 2000 a população cresceu de 16.261 para 20.072 habitantes, respectivamente, mantendo-se na mesma proporção de crescimento para 2007. No entanto, pode-se observar a mobilidade da zona rural para urbana, incidindo numa taxa de urbanização de 54,18% (IBGE, 2007). Neste município, 52,18% da população encontra-se no setor primário, desenvolvendo atividades ligadas à agricultura, extrativismo e exploração de madeira; 12,90% está envolvida com a indústria de transformação, e 13,68% está no comércio local. Outras atividades do setor terciário também absorvem o restante da população urbana.

O município de Mocajuba contava, em 2007, com uma população de 23.258 habitantes. Pela observação do Gráfico 15, nota-se que esse crescimento foi contínuo, embora pequeno já que no censo de 1980 este número era de 12.798 habitantes. A taxa de urbanização do município é de 71,27%. Isso significa que grande parte da população encontra-se na zona urbana.

No entanto, apesar dessa característica 49,80% da população está inserida nas atividades do setor primário da economia, 9,59% na indústria e 10,86% no comércio. O restante envolvido em outras atividades do setor terciário como educação, transporte e saúde.

No que diz respeito à demografia do município de Acará no período compreendido de 1980 a 2007, observa-se uma dinâmica de crescimento e redução. O último resultado da PNAD mostrou que esse número vem decrescendo. No entanto, em pesquisas nos órgãos públicos do município e entrevistas realizadas em maio de 2009, apontaram para a incorreção desse resultado. A justificativa fornecida foi a de que, em função do difícil acesso às populações que moram nas vilas mais distantes da sede do município, estas não teriam sido incluídas.

Quanto à distribuição dessa população, os dados mostram que ela predomina na zona rural. A taxa de urbanização é registrada em 22,65%. Do total da população, 44,83% exerce atividades ligadas ao setor primário e 35,31% está na atividade industrial, com destaque para a produção da farinha de mandioca. O restante em atividades do setor terciário como comércio, educação e transporte.

Em Moju, na análise da dinâmica da população ainda pode-se constatar que, diferentemente de outros municípios da região Tocantins, a população urbana de Moju, desde a década de 1980 tem sido maior que a população rural. Nota-se uma taxa de urbanização de 34,69%. A população insere-se nas atividades do setor primário (43,78%), indústria (25,54%) e comércio (10,14%) além de outras atividades do setor terciário da economia.

Desde a década de 1970, período da formação de Tailândia, o município recebeu inúmeros colonos de outras regiões. Com os projetos recentes de colonização subsidiados pelo Governo do Estado através do ITERPA por incentivos fiscais, creditícios e financeiros para a agropecuária concedidos na década de 1970 na Amazônia, muitos migrantes vindo do Sul e Centro-Oeste, fixaram-se no entorno da PA-150.

Em 1991, segundo o censo do IBGE, Tailândia, apresentava 17.707 habitantes. Em 2007 este número cresceu para 64.281 habitantes. Portanto, nota-se o rápido crescimento em um menor período de análise. A dinâmica é diferente quando comparado à dos outros municípios da Região de Integração Tocantins. O número de habitantes não naturais em 2000, era de 6.442 habitantes, o maior encontrado na região, justificado pelo processo histórico de ocupação do

município. Os números da população rural decrescem em relação aos da população urbana, em 2007, observa-se um notável distanciamento. A taxa de urbanização é de 71,09% em 2007. Na distribuição da população por atividades económicas, 27,16% está inserida nas atividades ligadas ao setor primário; 26,31% na indústria; e 19,75% no comércio local.

Nos municípios citados, é forte a relação das pessoas com os rios, pois ainda são importantes eixos de circulação de pessoas e de escoamento da produção. É importante destacar, ainda, que há interação entre os espaços urbano-rural, não havendo elementos que comprovem características apenas urbanas ou rurais nestes municípios.

Em geral estimativas de população de pescador tem sido feita com base em estudos pontuais sobre densidade de pescadores (Almeida et al. 2006; Bayley e Petrere, 1989). No estudo de Almeida et al. (2008) a estimativa de população para o estado do Pará foi feita com base na população do setor censitário do IBGE associado a um mapa georreferenciado e o mapa de solos de várzea do estado. Como os setores censitários não correspondem totalmente à área de várzea foram considerados como área de várzea os setores censitários que possuíssem pelo menos 10% de área de várzea não considerando as áreas urbanas. (Figura 1)

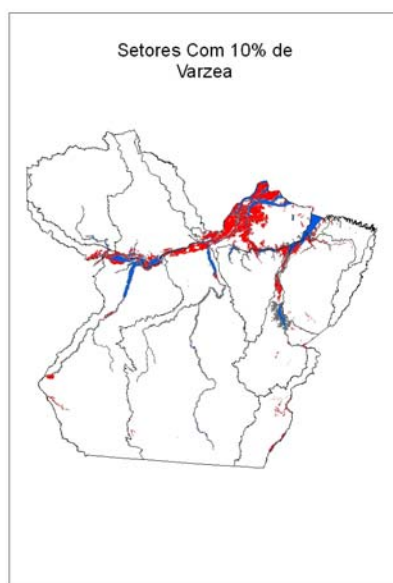


Figura 1: Setores censitários do IBGE que possuem 10% ou mais da área de várzea no Estado do Pará.

Com base nessa análise a população total rural de várzea do Baixo Tocantins foi estimada em 139.742 pessoas o que representa mais que 22.000 famílias. O município que apresenta o maior número de famílias e população de várzea é o município de Cametá com 43 mil pessoas e um total de 6.716 famílias o que dá um total de 6,44 pessoas por família. Em seguida vem o município de Abaetetuba, Igarapé Miri e Limoeiro do Ajuru com população de várzea variando entre 38 mil e 20 mil. O alto número populacional da região de várzea estuarina pode ser vista dado que os 4 primeiros

municípios mais populosos para o estado ficam na região do Estuário (Cametá, Breves, Afuá e Abaetetuba) sendo dois destes no Baixo Tocantins.

Tabela 2. População, número de famílias por município para a região do Baixo Tocantins, PA.

Município	População	%	Domicílios	%
Abaetetuba	34.565	25%	5.550	24%
Acará	6.807	5%	1.284	6%
Barcarena	8.516	6%	1.581	7%
Baião	2.335	2%	396	2%
Cametá	43.196	31%	6.716	29%
Igarapé-Miri	20.740	15%	3.406	15%
Limoeiro do Ajuru	15.794	11%	2.551	11%
Mocajuba	2.976	2%	507	2%
Moju	4.394	3%	805	4%
Oeiras do Pará	419	0%	64	0%
Total	139.742	100%	22.860	100%

Em termos de densidade demográfica, o município de Cametá, Abaetetuba e Igarapé-Miri são os que apresentam a maior densidade demográfica (acima de 15 pessoas por km²). Oeiras do Pará e Baião apresentam a densidade mais baixa de toda a região.

Tabela 3: Área de várzea, população e densidade demográfica por município, IBGE, 2000.

Município	População	Área várzea (km ²)	Densidade
Barcarena	8.516	545,1	15,62
Abaetetuba	34.565	927,5	37,27
Baião	2.335	2.499,3	0,93
Cametá	43.196	1.155,2	37,39
Igarapé-Miri	20.740	1.035,2	20,03
Limoeiro do Ajuru	15.794	1.489,6	10,60
Mocajuba	2.976	180,7	16,47
Moju	4.394	399,1	11,01
Oeiras do Pará	419	120,1	3,49
Total geral	132.935	8.351,7	15,92

Dadas as características dos dados, não foi possível calcular o crescimento populacional mas ele está associado à dinâmica da economia de várzea, em alguns momentos históricos a população de várzea foi se reduzindo, mas nos últimos anos devido à economia do açaí e a recuperação da pesca a várzea voltou a ser mais ocupada. A dinâmica econômica será analisada no ponto seguinte.

3 Dinâmica Econômica na Região de Integração Tocantins

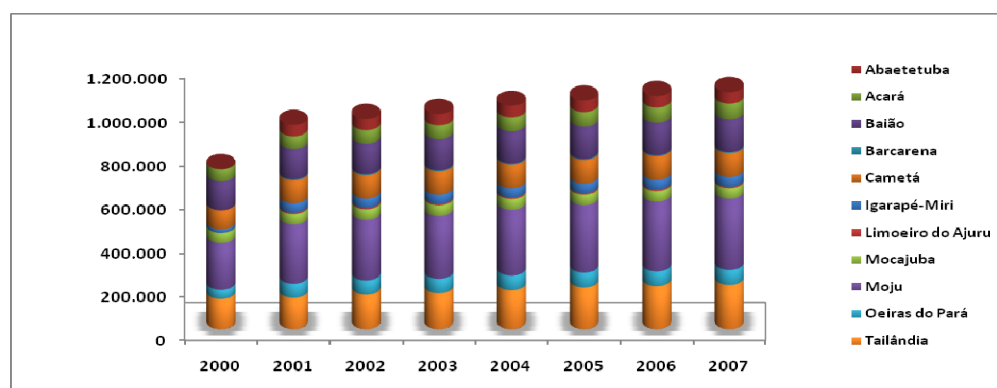
Desmatamento na Região de Integração do Tocantins

Os municípios da RI Tocantins ocupam uma área total de 3,6 milhões de hectares, da qual 49% está concentrada nos municípios de Moju, Tailândia e Acará. Os municípios de Oeiras do Pará, Baião e Cametá tem mais outros 30% da área; e os 20% restantes estão distribuídos entre os municípios de Igarapé-miri, Abaetetuba, Limoeiro do Ajuru, Barcarena e Mocajuba.

A participação da RI Tocantins no desmatamento total do Estado de certa forma tem se mantido estável, com taxas médias nos 08 anos de análise de aproximadamente 6%. Contudo, de 2000 a 2007, a área desmatada na região subiu de 943 mil hectares para mais de 1 milhão de hectares.

Este desmatamento foi concentrado nos municípios de Moju, Tailândia, Baião e Cametá. Estas áreas participavam 78% da área desmatada total em 2000 e 73% em 2007. O município que exibiu o maior crescimento na área desmatada foi Tailândia, com uma média anual de 6% de crescimento do desmatamento em relação a área total do ano anterior de 2001 a 2007.

Gráfico 2 – RI Tocantins - Participação dos Municípios no Desmatamento Total.



Fonte: PRODES-INPE, 2007.

Padrões de Ocupação e Uso do Solo

Na Região de Integração Tocantins como um todo os padrões de ocupação e uso do solo tem na pecuária como área dominante. Isso dá à região padrões de ocupação, em relação à pecuária,

similares aos encontrados no Pará e no resto da Amazônia. Utilizando-se os dados de densidade de ocupação da pecuária bovina do censo agropecuário de 2002 (cabeças/hectare) e os dados das pesquisas agropecuárias anuais do IBGE - Produção Agrícola Municipal e Produção Pecuária Municipal, (IBGE, 2009), pode-se observar que a pecuária ocupa uma média de 70% da área ocupada total durante o período analisado. Um aspecto importante, porém, é a participação das culturas perenes na área ocupada total. A área ocupada por culturas perenes é em torno de 15%, em média no período analisado. Esta ocupação caracteriza-se pelos cultivos de dendê, coco, cacau e pimenta do reino. A área ocupada por culturas temporárias é também em torno de 15% da área ocupada estimada total e tem como principal cultura a mandioca, que ocupa em média 80% da área plantada total de culturas temporárias.

Tabela 4. Evolução da Ocupação e Uso do Solo.

Ano	Desflorestamento	Bovinos (Ha)	Área plantada permanente	Área plantada temporária	Bovinos (Ha) %	Área plantada permanente (%)	Área plantada temporária (%)
2000	732.770	199.393	41.651	41.270	70,63	14,75	14,62
2001	935.820	202.759	46.503	50.418	67,66	15,52	16,82
2002	963.180	224.453	49.230	47.861	69,80	15,31	14,88
2003	985.990	237.684	57.068	55.576	67,85	16,29	15,86
2004	1.023.450	308.181	57.741	50.484	74,01	13,87	12,12
2005	1.047.830	320.749	60.918	68.253	71,29	13,54	15,17
2006	1.068.240	314.479	64.103	50.530	73,29	14,94	11,78
2007	1.086.040	246.020	60.569	67.185	65,82	16,20	17,97
Média					70,04	15,05	14,90

Fonte: INPE-PRODES, 2007- IBGE – PAM, IBGE-PPM.

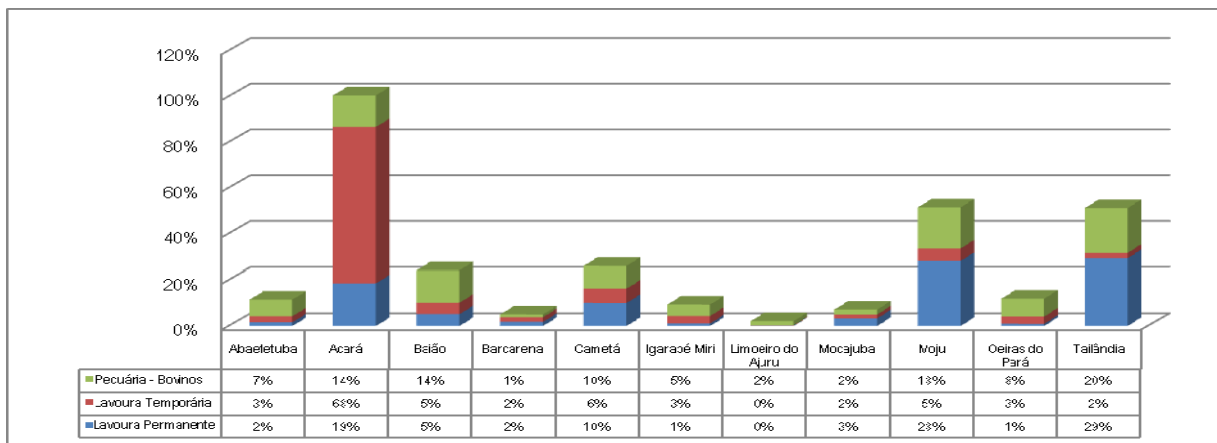
O desmatamento teve um volume médio de 25 mil hectares anuais. A área desmatada total na região cresceu de 732 mil hectares em 2000 para 1,08 milhões hectares em 2007. Em 2000 20% da área total da RI estava desmatada, já em 2007 este total era de 30% da área total da RI. Este desmatamento foi pressionado por todos os tipos de uso. A região apresenta um crescimento da área ocupada tanto pela pecuária bovina quanto pela agricultura. A área plantada de culturas permanentes cresceu de 41 mil para 60 mil hectares no período analisado, já a área plantada de culturas temporárias cresceu de 41 mil para 67 mil hectares.

Este crescimento na área ocupada reflete uma expansão nas atividades rurais na região, mas também, é uma consequência da alta densidade de ocupação em torno de 27 habitantes por km² em toda a região de integração (13,8 se contar só a população rural). Esta densidade de ocupação apresenta bastante heterogeneidade. Os municípios de ocupação mais antiga (Abaetetuba, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri e Mocajuba) apresentam densidades mais altas.

Em relação à área ocupada total, os municípios que apresentam a maior ocupação são Tailândia, Acará, Moju e Baião. Os padrões de ocupação nestes municípios são bastante diferentes.

Especificamente o município de Acará, apresenta uma distribuição de uso bastante diferente, com um enorme peso para a área plantada em agricultura temporária.

Gráfico 3 – Distribuição de uso dos solos nos municípios da Região de Integração do Tocantins.



Fonte: PPM/IBGE, 2007.

No nível municipal, a área ocupada por agricultura perene tem mudado pouco no período analisado. A principal cultura perene da região é o Dendê, com uma média de 53% da área total. As outras culturas são coco (19% de média), cacau (13%) e pimenta do reino (9%). Estas quatro atividades juntas concentram 94.5% da média da área ocupada por culturas temporárias nos municípios no período analisado. Um aspecto importante a colocar é que há um constante crescimento da área plantada de culturas perenes na região.

Os municípios com maior participação na área plantada de culturas perenes no ano de 2007 foram Tailândia, Moju, Acará e Cametá. Juntos, estes municípios concentram 85% de toda a área de agricultura perene. Aqui cabe notar algumas características interessantes da distribuição dos cultivos perenes. O município de Tailândia concentra 54% da área total plantada de dendê na Região sendo quase toda área de agricultura perene concentrada na produção de dendê. Os municípios de Moju (24%) e Acará (22%), são, respectivamente o segundo e terceiro produtor de dendê da região. Uma outra importante cultura perene na região é a produção de coco, que está concentrada nos municípios de Moju (41% da área de perenes no município) e Acará (24% da área de perenes no município). O município de Abaetetuba apresenta uma importante área plantada de cacau na região. Esta área corresponde a 91% de toda a área plantada de perenes no município. É importante a participação da área plantada de pimenta do reino nos municípios de Baião e Mocajuba. Estes municípios são, respectivamente o quinto e o sexto em termos de área ocupada pela agricultura perene.

É importante observar também uma relativa *especialização* em relação à produção de perenes com a concentração da plantação de dendê em Tailândia, Moju e Acará, a produção coco em Moju e Acará, a produção de cacau em Cametá e a produção de pimenta do Reino em Baião e Mocajuba.

O dendê, especialmente, apresentou um crescimento médio de 6% ao ano no período analisado. A área total ocupada por culturas perenes cresceu em média 6% no período também. Há que se notar uma redução na área plantada das culturas permanentes no ano de 2007 de 5,5%. Em maio de 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou em Tomé-Açu, município a 193 quilômetros de Belém, o Programa agroenergético com foco no plantio de 215 mil hectares de dendê na primeira fase, que deve quase quadruplicar a área plantada no Brasil, com expectativa de gerar 23 mil empregos agrícolas nas regiões do Guamá, Tocantins, Capim e Caeté no Pará até 2014 e fazer a produção de dendê saltar de 21 milhões de toneladas/ano para 45 milhões de toneladas anuais.

De acordo com o Programa do Governo Federal, o objetivo é transformar o País seja autosuficiente na produção do óleo de palma. Para isso ele aposta no crescimento da produção do biodiesel, a partir de dois projetos da Petrobras Biocombustível no Estado, que deve instalar pelo menos três usinas esmagadoras de dendê nos municípios de Tomé-Açu, Baião e Igarapé-Miri, além do escritório da empresa em Mocajuba .

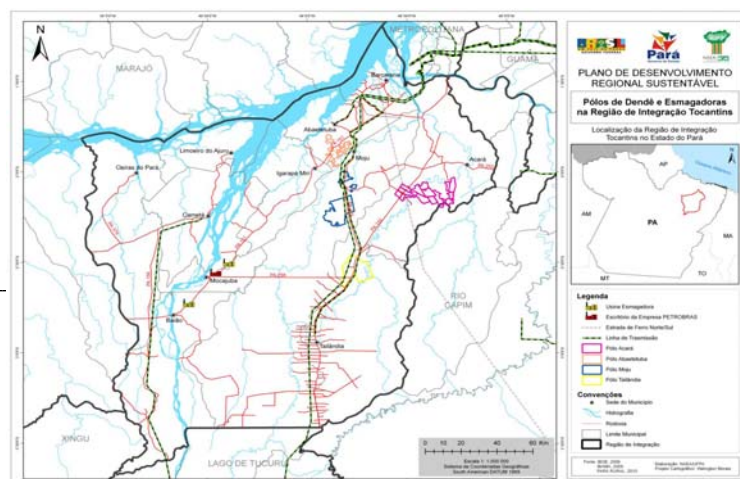
Os investimentos previstos com a instalação das plantas industriais e área agrícola no Estado são de R\$ 330 milhões. O valor total a ser investido é de R\$ 1,017 bilhão pela empresa federal. Destes, R\$ 530 milhões serão no Brasil e R\$ 463 milhões em uma unidade industrial de produção de biodiesel em Portugal, projeto que terá parceria com a portuguesa Galp Energia. Grande parte dos recursos virá da própria Petrobras Biocombustível, mas a expectativa é de que pelo menos R\$ 1 bilhão seja investido em infraestrutura para fomentar a cadeia do óleo de palma no Pará.

Serão construídos seis portos para escoamento da produção e há a previsão de construção de três pontes sobre os rios Igarapé-Miri, Meruu e Acará. A logística para fazer o óleo de palma vingar no Estado deve ainda incluir a interligação viária entre Mocajuba e Baião (48 Km), que significa o prolongamento da rodovia estadual PA-151, podendo chegar até a Breu Branco e Tucuruí. Também será feita a ligação da PA-252 com a PA-151 através da Vila Soledade, em Moju, além da conclusão da chamada Perna Sul (60 Km), que vai interligar o Acará à Alça Viária.

Um dos maiores trunfos para a produção do óleo de palma e biodiesel no Pará deve ser a hidrovia Araguaia-Tocantins. A navegabilidade do rio Tocantins, com a conclusão das eclusas de Tucuruí pode assegurar um escoamento mais barato e a consequente redução nos custos de produção.

Segundo o presidente da Petrobras Biocombustível, Miguel Rosseto, a empresa vai atuar em Igarapé-Miri, Cametá, Mocajuba e Baião. Já há um milhão de mudas produzidas de dendê apenas para plantio no Estado. A Embrapa vai investir R\$ 38 milhões em assistência técnica e pesquisa. E já há uma discussão para criação da Universidade Federal do Guamá e Tocantins, reunindo os *campis* da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Abaetetuba, Igarapé-Miri e Cametá.

Mapa 3. Pólos



de Dendê e

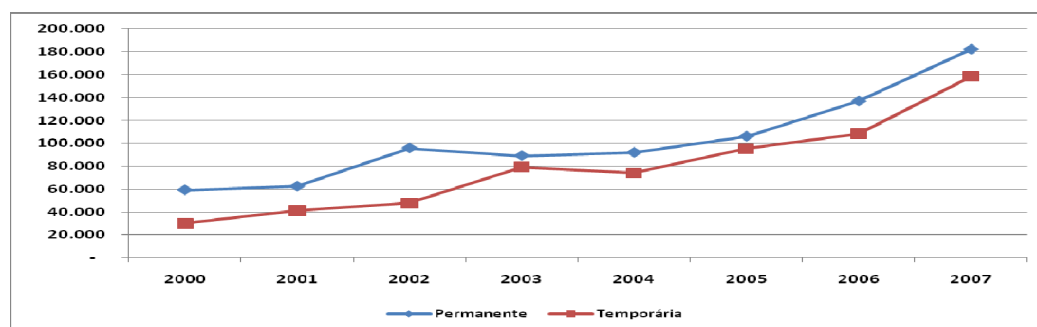
Esmagadoras na Região de Integração do Tocantins.

A agricultura temporária apresenta uma distribuição de usos que tem a mandioca, o arroz e o milho como principais produtos. Estes produtos concentraram mais de 90% da produção no período estudado. Com grande destaque para a mandioca que tem uma média de 45,5 mil hectares por ano. O arroz teve uma média anual de 4,6 mil hectares plantados e o milho, 4,2 mil hectares de média anual.

Uma enorme área plantada de mandioca no município de Acará que corresponde a 77% da área total de mandioca plantada na RI . O município de Acará sozinho teve 68% da área plantada total de culturas temporárias em 2007. Retirando-se este caso excepcional, a distribuição do uso do solo com culturas temporárias demonstra uma agricultura temporária pouco diversificada baseada quase exclusivamente na pequena produção tradicional.

Apesar deste fato, a agricultura na regiãoTocantins tem apresentado crescimento, quando se considera valores brutos de produção. Numa análise do valor bruto da produção da agricultura permanente e da agricultura temporária, pode-se verificar que o setor cresceu uma média de 19% ao ano na agricultura temporária e de 10% ao ano na agricultura perene, subindo de um total de valor bruto da produção 90 milhões de reais em 2000 para 340 milhões em 2007.

Gráfico 4 – Valor Bruto da Produção de Culturas Permanentes e Temporárias -R\$/2006.



Fonte: IBGE, 2007

PIB/IDH

O Produto Interno Bruto (PIB) da região Tocantins é fortemente dominado por Barcarena. No período analisado (2002 a 2006), o PIB de Barcarena esteve entre 64% e 70% do total do produto regional. Enquanto o PIB de Barcarena foi R\$ 3,5 bilhões em 2006, o PIB de todos os demais municípios da região, somado foi de R\$ 1,5 bilhões no mesmo período (Tabela 11). Isto se deve porque a região de Barcarena é dominada pela base industrial de produção mineral-metalúrgica de grandes escala, enquanto os outros municípios são dominados por uma produção extrativa e agrícola bastante simples e de baixo volume de investimento de capital. As dinâmicas que movem a variação do PIB de Barcarena, são, portanto, bastante diferentes dos outros municípios da região. Isso impõe que se faça uma análise separando Barcarena do resto da RI. Pois, qualquer conclusão integrada seria inconsistente e fortemente marcada por Barcarena.

Tabela 5. PIB dos Municípios – Deflacionado pelo deflator implícito do PIB.

Município	2002	2003	2004	2005	2006
Barcarena	2,495,881.13	2,651,794.90	3,171,718.74	2,927,143.59	3,564,034.86
Abaetetuba	269,575.03	275,650.12	288,138.93	289,310.48	321,257.53
Tailândia	225,724.80	233,558.46	272,210.00	265,859.90	253,361.01
Cametá	240,121.99	210,741.58	199,282.20	211,733.93	224,886.91
Acará	155,073.94	173,815.21	152,078.19	164,743.39	191,095.66
Moju	118,281.42	128,609.25	135,444.87	140,742.89	158,402.55
Igarapé-Miri	104,811.74	104,799.85	111,980.77	115,529.87	119,073.37
Baião	90,230.79	72,548.94	61,052.79	69,076.17	72,888.91
Oeiras do Pará	62,267.01	54,597.18	49,340.18	54,466.95	57,833.37
Mocajuba	63,862.34	55,231.39	50,368.96	53,699.29	52,741.23
Limoeiro do Ajuru	60,037.24	43,078.47	41,589.93	45,428.19	48,447.64
Total da região	3,885,867.43	4,004,425.34	4,533,205.56	4,337,734.65	5,064,023.03

Fonte: IBGE – Contas Nacionais (PIB em R\$ de 2006).

A análise feita incluindo Barcarena, mostra que a região experimentou de 2002 a 2006, um crescimento real médio do produto em 7,2% ao ano. Este crescimento, porém, foi bastante diferenciado para os municípios da região. Retirando-se Barcarena, observa-se que nos anos de 2005 e 2006 a região apresentou crescimento real positivo para quase todos os municípios.

Tabela 6 : Região de Integração Tocantins – Variação real anual do PIB.

Município	2003 (%)	2004 (%)	2005 (%)	2006 (%)	Média Anual
Barcarena	6.25	19.61	-7.71	21.76	9.98
Moju	8.73	5.32	3.91	12.55	7.63
Acará	12.09	-12.51	8.33	16.00	5.98
Abaetetuba	2.25	4.53	0.41	11.04	4.56
Igarapé-Miri	-0.01	6.85	3.17	3.07	3.27
Tailândia	3.47	16.55	-2.33	-4.70	3.25
Cametá	-12.24	-5.44	6.25	6.21	-1.30
Oeiras do Pará	-12.32	-9.63	10.39	6.18	-1.34
Limoeiro do Ajuru	-28.25	-3.46	9.23	6.65	-3.96
Baião	-19.60	-15.85	13.14	5.52	-4.20
Mocajuba	-13.51	-8.80	6.61	-1.78	-4.37
Total da região	3.05	13.20	-4.31	16.74	7.17

Fonte: elaboração dos autores.

Os dados de crescimento dos municípios mostram também que pode-se dividi-los em duas sub-regiões (excetuando-se Barcarena). Os municípios que tiveram crescimento anual médio positivo no período (Moju, Acará, Abaetetuba, Igarapé-Miri e Tailândia), situam-se a leste da região e têm um maior acesso a estradas, já os municípios que apresentaram crescimento negativo no período situam-se a oeste, no entorno do rio Tocantins e têm menor acesso a estradas. Essa situação diferenciada das taxas médias de crescimento do PIB no período pode indicar um maior dinamismo da parte leste da região como resultado da facilidade de acesso aos mercados. Os municípios que apresentaram maior crescimento no período (Moju e Acará) apresentam uma produção agropecuária mais diversificada que o resto da região e também maiores áreas ocupadas com produção agropecuária.

Na análise dos dados do PIB setorial da região de estudo nota-se que o crescimento do produto foi bem menor quando se retira o município de Barcarena da tabela. No período de 2002 a 2006 o PIB, incluindo Barcarena cresceu 28% ao passo que quando se analisa excluindo Barcarena, o crescimento em todo o período foi de apenas 8%. Este baixo dinamismo no crescimento do PIB na região se reflete em todos os setores, a rigor, o valor real setorial do PIB cresceu para Barcarena mais que nos outros (44% para Barcarena). Mesmo a agropecuária, que é o setor menos dinâmico da região nos registros do PIB, cresceu 3% no período para o município de Barcarena, já nos outros municípios a agropecuária teve uma redução de 24% no período.

Tabela 7: PIB Setorial da Região de estudo (mil R\$ de 2006).

Com Barcarena	Agropecuária	Serviços	Indústria	APU	Total
PIB 2002	396,906	1,306,657	1,753,593	563,635	4,020,791
PIB 2006	301,167	1,744,776	2,433,727	655,859	5,135,529
Sem Barcarena	Agropecuária	Serviços	Indústria	APU	Total
PIB 2002	385,203	785,897	164,588	487,171	1,822,859
PIB 2006	289,123	912,873	225,684	536,615	1,964,295
Com Barcarena (%)	Agropecuária (%)	Serviços (%)	Indústria (%)	APU (%)	Total (%)
PIB 2002	9.87	35.50	43.61	14.02	100.00

PIB 2006	5.86	33.97	47.39	12.77	100.00
Sem Barcarena (%)	Agropecuária (%)	Serviços (%)	Indústria (%)	APU (%)	Total (%)
PIB 2002	21.13	43.11	9.03	26.73	100.00
PIB 2006	14.72	46.47	11.49	27.32	100.00
Var 2002-2006	Agropecuária (%)	Serviços (%)	Indústria (%)	APU (%)	Total (%)
Var com Barcarena	-24.12	33.53	38.79	16.36	27.72
Var sem Barcarena	-24.94	16.16	37.12	10.15	7.76

Fonte: Elaboração dos Autores.

Pode-se observar que o enorme volume de investimento associado aos empreendimentos industriais de grande porte na região produz efeitos de difusão que acabam se refletindo na economia do município como um todo. Este crescimento é acompanhado também de um aumento na participação do governo no PIB municipal. Quando se inclui o município de Barcarena, pode-se observar que o setor governo cresce 16% no período, ao passo que sem Barcarena o setor governo apresentou um crescimento de apenas 10% nos 4 anos analisados.

O setor de serviços reflete a mesma dinâmica, em relação à análise, aumentando significativamente mais quando se inclui Barcarena. No período analisado o setor de serviços cresceu 16% na região sem Barcarena e 33% quando se inclui o município. O maior crescimento do PIB industrial no período deu-se em Moju e Acará. Estes dois municípios estão também entre os três que tiveram o maior crescimento da agropecuária no período (o outro foi Igarapé-Miri com uma média anual de 4,15% na agropecuária), o município de Acará foi o que mais cresceu, entre 2002 e 2006 a agropecuária cresceu em média 7% ao ano, já no município de Moju, o setor cresceu 2,5% ao ano. Isto provavelmente reflete a migração tanto da indústria madeireira de outras regiões (especialmente de Tailândia) bem como parte da atividade pecuária para estes municípios.

Observando-se os dados de PIB *per capita* percebe-se que a região apresenta uma estagnação em relação à variação do PIB no período. O PIB *per capita*, excetuando-se Barcarena, só subiu para os municípios de Acará, Moju e Abaetetuba, reduzindo-se para todos os outros. Pode-se dizer então, que a região, fora Barcarena, encontra-se presa em uma situação de baixo PIB *per capita*, com baixo dinamismo econômico.

Os municípios que tinham maior PIB *per capita* (Tailândia e Baião) apresentaram também as menores taxas de crescimento, Tailândia apresentou uma queda de 7% entre 2002 e 2006 e Baião uma queda ainda maior de 20%. De novo, o movimento de migração de atividades para Acará e Moju, produziu um crescimento do PIB *per capita* de 10% e 22% respectivamente, no período.

Quanto ao IDH, pode-se observar que o crescimento e a diferença de valores encontrados no PIB *per capita* para Barcarena não se reflete no aumento da qualidade de vida medida em termos de IDH. Em 1991 a região do Tocantins possui um IDH médio de 0,604, enquanto que o Estado do Pará o IDH médio era de 0,65. Para o ano de 2000 a região do Tocantins também permaneceu abaixo da média do Estado, ou seja, naquele ano o IDH da região ficou na ordem de 0,678, enquanto que a média estadual ficou em 0,723. A região acompanhou o mesmo crescimento do IDH que todas as outras regiões do estado entre 1991 e 2000.

Este IDH relativamente baixo de Barcarena mostra, que apenas crescimento significativo de investimento e apoio ao desenvolvimento industrial não são condição suficiente para uma melhoria significativa das condições de vida. Quando se observa o IDH médio na região percebe-se que há relativamente pequenas diferenças entre os municípios, também a diferença mais marcada na renda e ocupação agropecuária passa a ser menos nítida, embora os municípios de Abaetetuba e Tailândia ainda estejam entre os de maior IDH, os municípios que apresentaram o maior crescimento do PIB no período anterior (Acará e Moju) são exatamente os que estão entre os de menor IDH.

Apesar desta ressalva, porém, parece ser claro que mantém-se a diferença entre os municípios do Oeste e os do Leste da região analisada. Esta diferença mostra uma estagnação dos municípios do oeste da região e um relativo crescimento econômico dos municípios do leste da região. Este crescimento, porém, não se reflete ainda em significativa melhoria da qualidade de vida. As rendas *per capita* dos municípios mais dinâmicos da região não são as maiores. Estas rendas se situam entre R\$ 2.000 e R\$ 3.000 anuais nos municípios de renda mediana em relação às faixas de variação da renda (excluindo Barcarena).

Setor Florestal

O Estado do Pará é o maior produtor de madeira nativa do Brasil. Atualmente em torno de 130 mil quilômetros quadrados de florestas é destinada para produção madeireira, seja como áreas privadas, comunitárias ou florestas públicas de produção (Veríssimo et al. 1993, Barreto et al. 1993). O Pará tem grande potencial madeireiro sendo responsável pela produção de 11,2 milhões de metros cúbicos em 2004 (46% da produção da Amazônia Legal), Veríssimo *et al.* (2006) dividiu o estado em 6 zonas madeiras. Zona leste, onde está localizada a maior produção do estado nos pólos de Paragominas e Tailândia (48% da produção). Na zona sul onde na década de 70 e 80 se concentrou a produção do mogno que atualmente representa 6% da produção total. Na zona do estuário onde a produção é principalmente nas regiões de várzea, que representa 26% da produção do Estado. Na zona oeste, que atualmente representa 12% da produção do estado. Por fim a região da transamazônica que representa 6% da produção de madeira e a zona norte com uma reduzida parcela de 2%.

Evolução da Produção Florestal

A produção madeireira tem apresentado forte crescimento na região no período correspondente a 2000-2006. O município de Tailândia é o principal produtor de madeira em tora quando se fala em volume (m³), a produção total do município no ano de 2007 foi de 1,5 milhão de m³. O que representava quase 55% da produção total da região. O segundo município em termos de volume de madeira em tora colhida é Baião, que produziu em 2007, 611 mil m³ de madeira em tora, correspondendo a 22% da produção da região. A região no total, cresceu de 2000 até 2007 de 2,12 milhões de m³ para 2,75 milhões de m³ de madeira.

Quando se observa os dados de 1990 a 2007, vê-se a produção de madeira em tora no município de Acará reduziu-se no período de 1996 a 2000. Esta redução, porém não teve impacto

significativo na produção total da região, visto que, sincronicamente, o município de Tailândia passa a aumentar a sua produção significativamente no período.

A produção de lenha e carvão é significativamente menor que a madeira na região. A produção de carvão vegetal (segundo os dados do IBGE) ficou, até o ano de 2001 na faixa de 15 mil toneladas, não apresentando crescimento significativo no período. Os três principais produtores de carvão da região são Tailândia, Moju e Acará. Os dados têm um crescimento atípico do município de Tailândia nos anos de 2002 e 2003, apresentando um crescimento para 45 mil toneladas de carvão. Após este período a produção cai significativamente para valores inferiores a 4 mil toneladas.

A produção de lenha apresenta queda significativa no período, caindo de 1,5 milhões de m³ em 1991 (no pico da produção) para menos de 800 mil m³ em 2007. Os principais municípios em termos de produção de lenha são Cametá, Baião e Acará. Há uma significativa queda na produção de lenha em Cametá no período analisado e um crescimento de Baião e Acará.

Valor da Produção

O valor da produção de madeira em tora, apresenta tendência inversa em relação à produção de lenha carvão. Os dados analisados foram convertidos para Reais de 2006 pelo deflator implícito do PIB. Até o ano de 1996 os valores de produção de madeira apresentaram decréscimo, mas a partir deste ano, apresentam crescimento estável. Aqui se analisará apenas o valor da produção de 2000 a 2007 visto que, estes valores parecem representar mais consistentemente a dinâmica recente.

No período de 2000 a 2007 o valor da produção de madeira cresceu fortemente. No período analisado a produção de madeira cresceu a uma média anual de 8,6%. Esta média apresenta até o 2007 um crescimento consistente. Apesar disso, a atividade madeireira na região é extremamente instável, pois está fortemente baseada na extração ilegal. Esta ilegalidade generalizada tem uma consequência imediata que é reduzir as taxas de investimento e inovação na atividade madeireira, fazendo assim com que a indústria cresça baseada em um padrão tecnológico de baixíssimo nível de inovação, tendo então poucas condições para ampliar a produtividade e melhorar a competitividade sistêmica no longo prazo.

Setor Pesqueiro

Abaetetuba é um dos 3 portos de desembarque pesqueiro mais importantes do Pará. Em 2002 o desembarque em Belém somou 9 mil toneladas, em Santarém 4 mil e em Abaetetuba, 3 mil toneladas ano. Sendo a maior parte desembarcada em setembro, outubro e novembro cujo desembarque variou de 15 a 22%. No mês de agosto e dezembro o desembarque soma ainda 7-8% mas nos demais meses representa entre 4 e 5% do volume total. Do total desembarcado total a maior parte (41%) vem do baixo Amazonas e 23% vem do baixo Solimões. Também é relevantes o que vem do

Tocantins que representa 19% do total. Do estuário e do Alto Amazonas chega menos de 5% do desembarque.

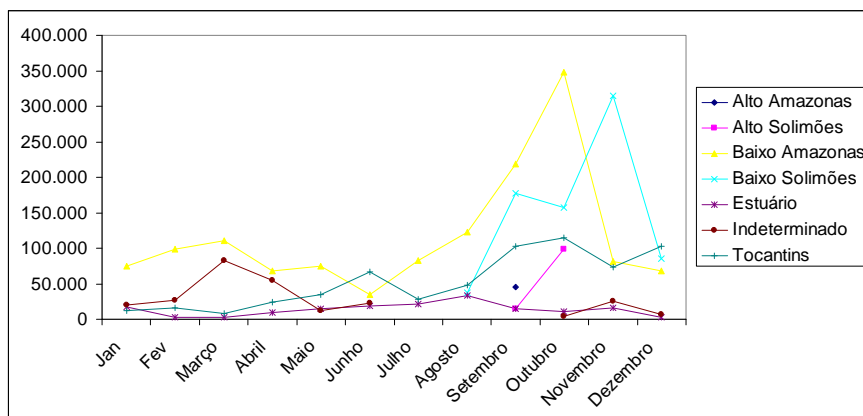


Figura 2. Produção pesqueira (kg) desembarca em Abaetetuba-Pa em 2001, por tipo de ambiente de pesca.

A maior parte da captura é feita com arrastão e rede de lance. Essas duas artes de pesca são responsáveis por 89% do desembarque em Abaetetuba. Rede de emalhar é utilizada em 10% da captura, o que é um valor representante mas muito pequeno em relação às duas outras artes de pesca. O pico do desembarque com rede de lance é em setembro, outubro e novembro. Também pesca com arrastão é representativa todo o ano mas cresce mais em setembro e outubro.

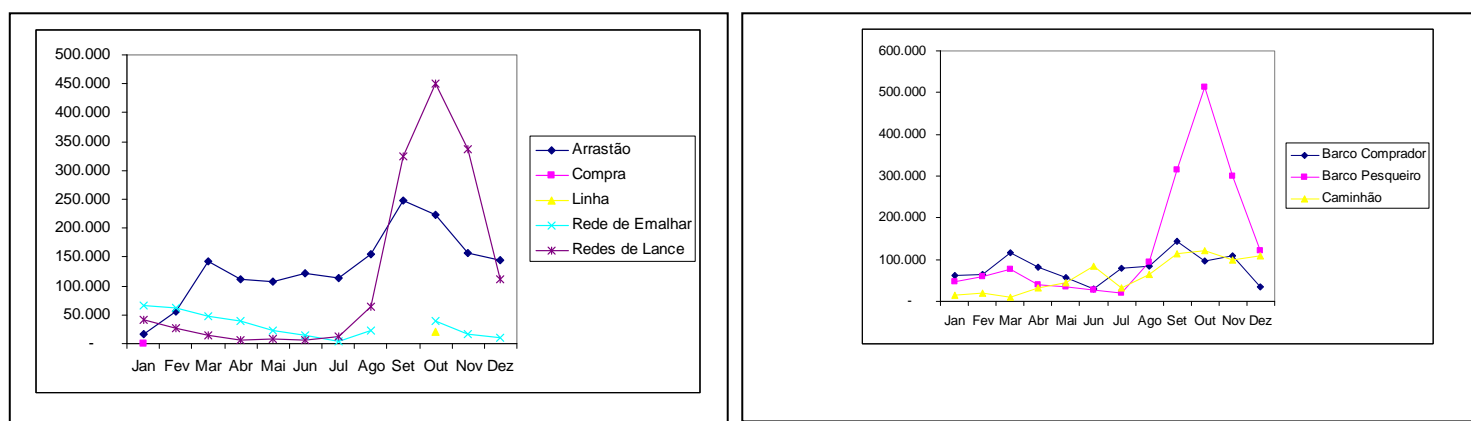


Figura 3. Produção pesqueira (kg) desembarcada em Abaetetuba-PA por tipo de arte de pesca (esquerda) e por tipo de embarcação (direita), 2001.

O pescado em Abaetetuba é desembarcado por barcos pesqueiro, comprador e caminhão. O barco pesqueiro é o responsável por quase metade do volume desembarcado. Em segundo lugar o

barco comprador desembarca 29% do total seguido de caminhão que também tem um papel importante de 22% do volume desembarcado.

Pesca de ribeirinhos

A pesca no baixo Tocantins se divide em pesca de pequeno porte e da frota comercial. A diversidade de atividades é um dos mais importantes atributos do modo de vida rural nos países em desenvolvimento e tem sido continuamente ignorada pelas políticas que são baseadas em uma análise setorial (Baumann 2002; Allison et al. 2001). Esta estratégia é feita para trazer segurança devido ao alto risco, a sazonalidade e flutuação cíclica do tamanho e localização dos estoques e a diversidade de atividades reduz riscos devido ao investimento em várias fontes de renda.

Pesca de pequeno porte

Não há dados muito detalhados sobre a pesca de pequeno porte na região do Tocantins. Entretanto, a pesca é muito parecida com a pesca que ocorre em outros municípios do Estuário como na região de Ponta de Pedras e Muaná. A atividade da produção familiar dessa região é bem similar aos sistemas produtivos da região do Baixo Tocantins. Essa realidade é bastante similar a outras realidades do Estuário paraense onde as populações dependem de açai, camarão e peixe para a sobrevivência.

4 CONSIDERAÇÕES

Um dos grandes problemas que enfrenta esta região decorre da sua conformação territorial. O rio Tocantins pode ser considerado um elemento de integração regional (na direção Norte-Sul), mas o mesmo não pode ser afirmado quando se considera as relações entre as sedes e o interior de alguns municípios. Nos municípios de Mocajuba, Baião, e Cametá existem sub-regiões dentro dos municípios localizados a ambas as margens do rio Tocantins. Estas regiões, principalmente as que se encontram à margem oposta da sede municipal, podem ser caracterizadas como isolados em função da extensão territorial, da distância à sede, da dificuldade de acesso, da baixa densidade populacional e da carência de infraestrutura. Deste modo se pode afirmar que do ponto de vista demográfico e socioeconômico algumas zonas dentro da região apresentam evidências de estagnação e insustentabilidade.

As propostas na escala regional são necessárias na medida em que incorporam aos municípios da área de estudo dentro de um contexto maior, permitindo a cooperação e sinergia entre os municípios, a supressão de superposição de esforços, assim como o fortalecimento de algumas das propostas. O planejamento da região deve considerar, além das ações nos municípios integrantes da região de Integração, o estabelecido em regiões próximas, tal como Tucuruí e Região Metropolitana de Belém, bem como os planos de investimento dos maiores investidores privados na região.

Nesse sentido, o ordenamento territorial e gestão ambiental da região é instrumento fundamental para a ampliação da presença do Estado na garantia da maior execução das ações e governabilidade sobre processos de ocupação territorial, regularização fundiária e de usos dos recursos naturais, maior capacidade de orientação dos processos de transformação socioprodutiva e melhor atendimento dos direitos básicos das populações locais. Se de um lado está a necessidade de integração de diferentes esferas do poder público no investimento e fiscalização das ações de articulação prioritárias, de outro, estão as ações que, necessariamente dependem de recursos para promoção do desenvolvimento tecnológico, e da capacitação de recursos humanos.

A gestão do território envolve as realidades municipais em suas especificidades, urbano-rural, várzea-terra-firme. Merece atenção o estudo da expansão urbana provocada pela migração regional, correlacionado à pressão desse processo às áreas de preservação, onde o planejamento e a gestão devem ser compreendidos como um amplo processo e, dessa maneira, incluir uma concepção de uso sustentável dos recursos naturais. Isso envolve o trabalho de fiscalização sobre o seu uso, de demarcação das reservas naturais, e formação e informação da população local. A gestão dos recursos hídricos, por exemplo, requer a visão de conjunto: das características naturais, incorporando a bacia hidrográfica como unidade de análise ambiental e a compreensão dos processos que ocorrem à montante e à jusante da rede hidrográfica, e das características econômico-político-administrativas, como é o caso da formação dos comitês de bacia hidrográfica que envolve os municípios cujo território está inserido na bacia.

Numa região cuja história recente está relacionada estreitamente com a instalação de UHE de Tucuruí para a geração de energia elétrica, a necessidade de ampliar a oferta e universalizar o acesso ainda são entraves ao desenvolvimento regional, pois apresenta grande heterogeneidade de produtividade econômica por município. Barcarena pelo distrito industrial e Tailândia pelas atividades ligadas à produção madeireira se destacam apresentando os maiores PIB da região enquanto que os municípios que mantêm uma tradição agrícola e extrativista familiar vêm enfrentando dificuldades em alterar o padrão de renda média de subsistência. Algumas experiências de cooperativismo produtivo não vêm refletindo o capital social da região que frequentemente se mobiliza para reivindicar direitos devidos, mas não consegue transformar esse capital social em produtividade e autonomia econômica.

Referências

- ALMEIDA, O., K. Lorenzen, e D. McGrath.(2006) Pescadores rurais de pequena escala e o manejo no Baixo Amazonas. In: O. Almeida (Org.) Manejo de pesca na Amazônia, São Paulo, Peirópolis.
- ALMEIDA, O. Rivero, S. McGrath, D. Vogt, N. V. Diagnóstico, Tendência, Potencial, e Políticas Públicas para o Pesca de Subsistência. **Relatório Técnico** da SEPAq. 2008. 111p. www.sepaq.pa.gov.br/ acesso em 1.3.2009
- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compendio das Eras da Província do Pará*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1969.
- Bayley P. & Petrere, M. (1989) Amazon Fisheries: Assessment Methods, current status and management options. In Dodge (ed) Proceedings of the International Large River Symposium. **Can. Spec. Publ. Fish. Aquat. Sci.** p. 385-398
- COSTA, F. A. O Açaí nos padrões de reprodução de camponeses agrícolas do nordeste paraense: os casos de Capitão Poço e Irituia. In: Mário A. G. Jardim; Leila Mourão; Monika Grossman. (Org.). *Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2004, v. , p. 205-232. 2004
- Costa, F. A.. Questão agrária e macropolíticas na Amazônia: novos momentos grandes desafios. *Revista do Centro de Estudos Avançados*, São Paulo, n. 53, jan./mar. 2005
- GONÇALVES, C.W.P. *Amazônia, amazônias*. 2.ed. São Paulo: contexto, 2005.
- IBGE, *Mapa de Geomorfologia*. Diretoria de Geociências. http://geoftp.ibge.gov.br/mapas/tematicos/tematico_estadual/PA_geomorfologia.pdf. 2008
- IBGE,. Mapa de Vegetação do Brasil. *Atlas Nacional do Brasil* - 4ª edição. 2002
- INPE, 2009. Projeto PRODES - monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite. [Http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php](http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php)
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE, Censo 2000.
- REIS, A. A.. *Estratégias de Desenvolvimento Local Sustentável da Pequena Produção Familiar na Várzea no Município de Igarapé-Miri(PA)*.. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará. 130 p. 2008
- SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da Escravidão*. Belém: Secretaria da Cultura do Estado, 1988.
- SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo. Companhia das Letras. 1990.
- SMITH R. Community-based resource control and management in the Amazonia: A research initiative to identify conditioning factor for positive outcomes. *IN Proceedings of the 8th Biennial Conference of the International Association for the Study of Common Property (IASCP)*. 20 pp. (2000 [In <http://129.79.82.27/IASCP00/program.asp> and cd]